



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

## **RECURSO**

**PE 14/2023 - SRP – CBMPA – Registro de preços para eventual aquisição de armários em aço, estante em aço, banco em aço, claviculário, carrinho para transporte e escada**

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Clebson Luiz Costa da Silva (Lei 11.419/2006)  
EM 27/02/2024 16:47 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 83C97D23ACC4F7FE.492F54E42D90FC30.321109E8C27D55FF.33CBFD8ABE0C8410



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ**

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: Marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: [cplcbmpa@gmail.com](mailto:cplcbmpa@gmail.com)

Identificador de autenticação: EB4403F.F329.D4D.D173ADFA0E60401D2C

Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

Nº do Protocolo: 2023/1379250 Anexo/Sequencial: 107

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### INTENÇÃO DE RECURSO:

Boa tarde a todos, manifestamos nossa intenção de apresentar Recurso contra a desclassificação da nossa empresa, incorretamente baseada. Apresentaremos maiores detalhes na peça recursal.

**Fechar**

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

AO

O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2023 - SRP - CBMPA

E. TRIPODE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI, inscrita sob CNPJ nº 22.228.425/0001-95, com sede na Alameda Rubens Martini, nº 582 – Jd. Canaã II, Mogi Guaçu/SP, vem, por intermédio de seu representante legal Sr. Ezequias Tripode, brasileiro, nacionalidade, estado civil solteiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 19.812.575 e inscrito no CPF sob nº 130.782.768-30, perante Vossa Excelência, com fulcro no art. 41 da Lei nº 8.666/96,

#### APRESENTAR RECURSO

Ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2023 - SRP - CBMPA, GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ pelas razões a seguir aduzidas.

#### I- EM SÍNTESE

Primeiramente importante esclarecer que a empresa participou do presente certame, na mais lícita boa-fé. Após sagrar-se vencedora do certame, por apresentar a proposta mais vantajosa ao Órgão fomos notificados sobre a desclassificação.

Todavia ao analisar os procedimentos para recusa e inabilitação da proposta apresentada, a licitante verificou restrições e ilegalidade que maculam o certame, conforme passa a demonstrar.

#### I- INCONFORMIDADE CATALOGO

Verifica-se a primeira falha de análise, importante esclarecer que, o fabricante deixa claro em seu material que imagens e descritivos do catalogo apresentado são "meramente ilustrativos" sendo toda confecção dos materiais feita de maneira PERSONALIZA seguindo as especificações do edital.

O órgão questiona a apresentação da especificação:

"(As laterais e prateleira intermediária possuem perfurações em forma de quadrado 32x32 mm para ventilação interna e perfurações na parte frontal em forma de quadrados de 32x32 mm para ventilação interna)"

O argumento sugere que nas transcrições do folder enviado ao órgão as medidas do móvel estão incorretas. O argumento sugere que nas transcrições do folder enviado ao órgão as medidas do móvel estão incorretas. Fato que pode ser facilmente verificado como erro sanável uma vez que nas propostas comerciais é utilizado as exatas medidas solicitadas pelo edital como cita o próprio parecer técnico.

Claramente comprovado através da proposta comercial que possuímos plena e completa capacidade técnica de ofertar o material. O mesmo ponto é pertinente sobre a duplicidade de informações sobre prazo de garantia, pode-se observar aqui nitidamente o vício contido na execução das poderes editalícios.

É importante nesse momento pontuar que em nenhum momento foi dado a empresa licitante qualquer possibilidade de efetuar diligências para esclarecimentos dos pontos mencionados. Mesmo que conforme sustenta a Legislação vigente, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e item 9.30 do próprio edital, como veremos a seguir:

"9.30. Serão sanados pelo pregoeiro, através de informações ou diligências requeridas, quaisquer erros evidenciados como meramente formais"

Exigir que sejam confeccionados folders totalmente específicos para cada pregão disputado seria uma exigência extremamente onerosa para uma fabricante, uma vez que primeiramente teriam que ser fabricados os moveis para sequencialmente produzir e materiais gráficos de catalogo. Não existe razão para uma fabricante de mobiliário arcar com tais custos uma vez que o próprio edital deixa claro a possibilidade de aferir detalhes posteriormente a apresentação. Pontuamos que nosso fabricante é fornecedor de MOVEIS e não de CATALOGOS.

Desta forma, além das justificativas apresentadas a recorrente apela pela razoabilidade de Vossa Senhoria. Uma vez que apresentamos proposta escrita e ficha técnica totalmente de acordo com as quantidades, valores e descritivos solicitados pelo órgão comprova-se que atendemos e podemos fornecer o material solicitado satisfatoriamente. Sendo o material gráfico apenas parte de formalidades.

#### II- APRESENTAÇÃO DE LAUDOS

Outro ponto importante a ser destacado e corrigido é a exigência das documentações técnica. A saber:

"Laudo específico para cada item, emitido por médico do trabalho, atestando que os produtos possuem características compatíveis com a NR-17."

Ocorre que esta exigência está equivocada e afigura-se restritiva, já que o laudo em atendimento à Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho também pode ser emitido por outros profissionais competentes (Ergonomista, Engenheiro da Segurança do Trabalho, Fisioterapeuta).

A indicação de que o Laudo deve ser emitido por um Médico do Trabalho, restringe a participação sem que isso signifique qualquer garantia extra de qualidade.

Aliás a determinação de que somente um ou outro profissional certifique o produto indica um direcionamento injustificado, e por isso, ilícito, vez que outros profissionais também possuem capacidade e competência para isto.

É de se ver que o edital poderia ampliar as possibilidades de emissão dos Laudos, garantindo a maior participação de licitantes no certame, sem excluir a exigência. Pois a exigência de que o Profissional responsável pela emissão do Laudo da NR 17 seja pelo Médico do Trabalho em nada interferirá na ergonomia e qualidade do produto, que deve, obrigatoriamente, obedecer aos padrões ditados pela ABNT, através de normatização específica. Portanto, afigura-se restritiva ao caráter competitivo do certame, eis que dita titulação em nada afetará a qualidade pretendida para os produtos a serem fornecidos.

E ainda um segundo ponto:

"Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, atestando que os produtos

Resistem a no mínimo 2400 hs, à corrosão por exposição a atmosfera úmida

Saturada, de acordo com a NBR 8095/2015, não podendo ocorrer, pontos de

Corrosão vermelha ou destacamento da pintura na superfície da amostra."

Identificador de autenticação: EB4403F.F329.D4D.D173ADFA0E60401D2C

Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

Nº do Protocolo: 2023/1379250 Anexo/Sequencial: 107

Contudo a quantidade de horas ensaiadas ultrapassa o prazo determinado para apresentação do relatório. Neste caso se trata de uma exigência impossível de ser cumprida.

Importante esclarecer que esta quantidade de horas não é exigida em norma, ou seja, tal determinação é feita apenas pelo r. Órgão. Não sendo um documento que obrigatoriamente todas as empresas devem possuir. Para que os senhores compreendam melhor, pode ser verificado que ainda que uma empresa possua a certificação de processo de preparação e pintura em superfícies metálicas, um documento que comprove qualidade e capacidade da empresa, não necessariamente esta empresa possui um documento comprovando tal quantidade de horas ensaiadas, visto não ser exigido em norma.

A ABNT NBR 8095:2015 não determina nem um mínimo e nem um máximo. Apenas dispõe sobre a realização do ensaio. O que impossibilita a empresa de se precaver e antecipar tal exigência para providenciar o relatório. Tal exigência está sendo discricionária da Prefeitura de Santos.

Observe que não existe impedimento em exigir tal comprovação, contudo não se pode fazer sem proporcionar aos licitantes oportunidade para realização.

Como o prazo de apresentação com a documentação técnica não contempla o prazo de realização do ensaio, é inexequível uma exigência de um laudo com a quantidade de 2400 (duas mil e quatrocentas) horas que equivale a 100 (cem) ciclos de 24 (vinte e quatro) horas = 100 dias.

Sendo assim, o licitante terá que fabricar as amostras, levar ao laboratório, ensaiar as mesmas, aguardar ficar pronto e apresentar os laudos juntos com a amostra em tempo hábil para apresentar a documentação técnica, o que é IMPOSSÍVEL! Os laudos exigidos são de 2400 horas, ou seja, pelo menos 100 dias para realização dos ensaios, fora que os laboratórios ainda têm uma margem de dias para começar a ensaiar.

Frise-se as normas de tinta NÃO DETERMINAM essa quantidade de horas, ou seja, as empresas que já possuem esses laudos, podem não ter os mesmos na quantidade de tempo desejada, e mesmo assim, o laudo está de acordo com a Norma regulamentadora.

Com isso essa exigência sem prazo razoável para apresentação configura restritiva uma vez que as normas de tinta não exigem mínimo de horas.

Desta forma pode-se observar nitidamente o vício contido no edital. O que ocasiona uma restrição significativa de concorrentes, participantes.

Devendo o r. Órgão ou retirar a exigência de quantidade de horas, ou proporcionar aos licitantes oportunidade para cumprir a exigência, concedendo-lhes prazo razoável para tanto.

A Lei do Pregão em seu art. 3º, inciso II, veda a prática de atos que limitem a competição, podendo o presente edital ser entendido como restritivo de direito de participação. Tal exigência acaba por definir uma gama de empresas muito restrita não sendo interessante para o erário público, pois para a realização de uma compra o ideal é o maior número de competidores possíveis.

Reza a Constituição Federal, de forma peremptória, em seu artigo 37, inciso XXI:

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da Lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

Também o artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93 veda expressamente a restrição ao caráter competitivo:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Dentre os princípios previstos no art. 3º da Lei 8.666/93, dois são essenciais ao presente requerimento, quais sejam: isonomia e publicidade.

"§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;"

Exigências desarrazoadas não podem ser legitimadas sob o argumento de que a Administração necessita de segurança maior do que a efetivamente necessária à execução do objeto a ser contratado, sob pena de ofensa ao texto constitucional, que autoriza apenas o mínimo de exigências, sempre alicerçadas em critérios razoáveis.

### III – PEDIDO E CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer-se a suspensão da presente inabilitação do certame. Assim como a instauração de diligências de documentação técnicas ou ainda suspensão e reformulação das exigências técnicas arbitrárias aos princípios que norteiam as leis de Licitação. Nos termos do artigo 21, § 4º da Lei nº 8.666/93, uma vez que todas as justificativas apresentadas no decorrer do instrumento convocatório encontram-se rebatidas.

**Fechar**

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRARRAZÃO :

À

Governo do Estado do Pará  
Corpo de Bombeiros Militar do Pará  
A/C Ilma Sra. Pregoeira Maj. BM Renata de Aviz Batista  
A/C Ilmo Sr. Pregoeiro Substituto Maj. BM Sandro Da Costa Tavares  
Pregão Eletrônico nº 014/2023

A Empresa WTEC MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TÉCNICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.634.834/0001-72, com sede na Rua Salomão Ioschpe, nº 267, Bairro Distrito Industrial, na Cidade de Erechim/RS, vem apresentar, CONTRARRAZÕES AO RECURSO interposto pela Empresa E. TRIPODE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI, conforme segue:

#### I – DOS FATOS

A Recorrente em suas razões recursais alega em síntese que teria sido injustamente desclassificada por não ter juntado ao certame catálogo com os itens solicitados no Edital, e além disso, recorreu dos requisitos de qualidade pretendido neste, vez que não atende as exigências do Edital.

Ocorre que, a Recorrente, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, apresentou um recurso meramente protelatório considerando que o edital é lei interna da licitação, o que se demonstrará.

A Empresa WTEC, por sua vez, é uma Empresa séria e, como tal, preparou sua proposta, catálogo e toda a documentação totalmente de acordo com o edital, atendendo todos os requisitos habilitatórios.

#### • DA REFERIDA INCONFORMIDADE DE CATÁLOGO

A Empresa Recorrente alega que há vícios que maculam o certame, direcionando suas responsabilidades como fornecedora para o próprio Órgão e a Pregoeira (o), para que estes sanassem o seu equívoco ao juntar um catálogo meramente ilustrativo sob alegações no mínimo embaraçosas para uma empresa na condição de Licitante.

Inicialmente se parte de uma análise preliminar da justificativa de onerosidade para produção de um catálogo e que este se reverteria em prejuízos caso fosse necessário a geração de catálogo para cada certame específico.

Vejamos, se a empresa decidiu em participar deste certame, presume-se que esta já tenha produzido tais materiais ou que tenha conhecimento, condições ou ao menos material para fornecer ao Órgão solicitante, caso contrário é somente mais uma empresa aventureira.

Ademais, a referida recorrente ainda cita que seu fornecedor “fabrica móveis e não material gráfico” comprovando a falta de preparo em sua participação do certame, pois senão vejamos, se ela estivesse participando deste certame sabendo que seria capaz de cumprir todas as exigências de qualidade e condições de fornecimento, teria apresentado todos os documentos exigidos no presente não sendo necessário se lamuriar pela sua correta desclassificação.

Assim corretamente decidiu a Sra. Pregoeira pela desclassificação de empresa que só busca se aventurar com documentação incompleta e que não atende a lei máxima dentro de um certame, o Edital.

Dessa forma, é responsabilidade do licitante em reunir a documentação correta para participação do certame, e não do órgão diligenciar para sanar erros da Recorrente.

#### • DA APRESENTAÇÃO DE LAUDOS

Imprescindível verificar que a recorrente alega em momento inoportuno requerimentos quanto a NR17 vez que deveria ter feito tais questionamentos em sede de esclarecimento para que o Órgão pudesse ter decidido quanto a abrangência de responsáveis pela assinatura do referido laudo, momento esse já encerrado.

Dessa forma, acabou por precluir seu direito a discussão neste ponto, tornando desnecessária maiores argumentações quanto a NR17 ser apresentada por médico do trabalho, ergonomista ou engenheiro de segurança do trabalho.

Ademais, ponto a ser considerado e explanado é a solicitação de laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, atestando que os produtos resistem a no mínimo 2400hs, à corrosão por exposição a atmosfera úmida saturada, de acordo com a NBR 8095/2015, não podendo ocorrer pontos de corrosão vermelha ou destacamento da pintura na superfície da amostra, pois trata de solicitação de extrema qualidade e durabilidade de mobiliário de aço.

Das alegações da recorrente de que esta quantidade de horas não é exigida em norma, não merece prosperar, pois esta determinação refere que o mobiliário resistente a estes testes e a estas condições, é um material extremamente superior a um aço simples, e ainda, é extremamente possível que o presente Órgão valha-se do seu direito de discricionariedade de modo a extrair as melhores condições de sua utilização para adequar-se as suas realidades – isto é, sempre pautadas na razoabilidade e proporcionalidade dos meios aos fins.

Assim, para que seja realizado o melhor procedimento aquisitivo adequando preço e qualidade – e, portanto, inserindo exigências no Edital que, embora não limitem demasiadamente a competitividade a ponto de infringir a busca pela proposta mais vantajosa, “restringam” a participação de empresas “aventureiras” e mal-intencionadas. À vista disso, inexistem fatos a ser considerados neste viés.

Cabe ressaltar ainda a medida de certa desesperada da recorrente em desabonar a intenção do órgão em adquirir mobiliário que qualidade, chega a soar incabível e demasiadamente burlesco na alegação de não conter tempo hábil para providenciar o laudo requerido no presente Edital. Diga-se de passagem, que uma empresa que produz mobiliário de qualidade, vem buscando as referidas testagens de que já é conhecedora da existência ao longo dos meses e anos de fundação de sua empresa, tornando inadmissível a tentativa de subterfúgio para sua “equivocada” desclassificação.

Por fim, somente cabe salientar que a busca pela proposta mais vantajosa para o órgão analisasse muito mais que os valores gastos na compra pública, deve ser considerar o custo benefício ao longo dos anos juntamente com a durabilidade do material adquirido, não sendo necessariamente a proposta mais barata a mais vantajosa.

Desta forma, NADA das alegações da Recorrente dá o embasamento para que a decisão da Ilustre Sra. Pregoeira seja revista.

Ou seja, e desclassificação da recorrente foi corretamente embasada, vez que pautada nas diretrizes presente no edital e não avaliadas anteriormente pela empresa E. Tripode, não havendo qualquer questionamento a ser realizado. Denota-se ainda, na documentação juntada pela recorrente, que não há uma grande preocupação por parte desta em garantir a todos os seus clientes produtos de excelência, além da segurança e qualidade de seus produtos.

## II – DO DIREITO

A licitação é um procedimento administrativo, ou seja, uma série de atos sucessivos, voltada, de um lado, a atender ao interesse público e, de outro, a garantir a legalidade, de modo que os licitantes possam disputar entre si, a participação em contratações que as pessoas jurídicas de direito público entendam realizar com os particulares.

A Doutrina, Jurisprudência e Legislação vigentes, são unânimes de que o RECURSO PROVOCADO deve atender certas formalidades, dentre elas a de ser devidamente fundamentado, bem como a de expor os fatos e indicar a ilegalidade atacada.

Neste caso em particular, mostra-se pertinente lição de Jair Eduardo Santana, in verbis:

“O motivo ou a motivação aludida na lei somente pode ser aquela que se revista de conteúdo jurídico. O simples descontentamento não gera motivo legal. É comum – e compreensível, aliás – que o licitante vencido na disputa se mostre irredimido com a oferta de seu concorrente. Mas isso, por si só, não é bastante para se constituir no falado motivo jurídico. Por isso é que o recurso meramente protelatório ou procrastinatório deve ser, de pronto, rechaçado pela Administração Pública. ”

Segundo Hely Lopes Meirelles, os recursos provocados:

[...] devem ser fundamentados, com a exposição dos fatos e indicação da ilegalidade impugnada, consistente em violação flagrante ou dissimulada de algum princípio ou norma constitucional, legal, regulamentar ou contratual, incluindo-se dentre estas os editais e convites de licitação, os cadernos de encargos ou de obrigações e demais instruções administrativas pertinentes.

Ressalte-se, todavia, que a empresa E. TRIPODE não cumpriu com os requisitos do edital apresentando documentação incompleta ou ainda, não apresentando laudo solicitados, devendo a Administração manter a sua decisão vez que tais alegações são fantasiosas de licitante insatisfeita.

Assim, de toda a análise anterior, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM REVISÃO DO JULGAMENTO, uma vez que a Empresa E. TRIPODE não apresentou adequadamente ao certame.

## III – DO REQUERIMENTO

Diante do exposto, a empresa WTEC MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TÉCNICOS LTDA pugna pelo INDEFERIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO pela empresa E. TRIPODE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI, uma vez que os laudos e catálogo solicitados no certame não foram apresentados pela recorrente, em desconformidade com as solicitações determinadas pelo edital, bem como, que seja mantida a decisão de aceite da documentação de habilitação e classificação de nossa Empresa como vencedora do certame.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Erechim/RS, 19 de fevereiro de 2024.

WTEC MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TÉCNICOS LTDA  
CNPJ 05.634.834/0001-72  
Paulo Cesar Bicca  
Diretor

**Fechar**



## Pregão/Concorrência Eletrônica

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

DECISÃO RECURSO

Nº 001/2024

Referência: Pregão Eletrônico nº 0142023 – CBMPA.

PAE nº: 2023/1379250.

Objeto da licitação: Registro de preços para eventual aquisição de armários em aço, estante em aço, banco em aço, claviculário, carrinho para transporte e escada.

Licitante recorrente (Razões): E. Tripode Indústria e Comércio de Móveis Eireli, inscrita no CNPJ nº 22.228.425/0001-95.

Licitante recorrida (contrarrazões): Wtec Móveis e equipamentos Técnicos LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.634.834/0001-72

Pregoeiro(a): Clebson Luiz Costa da Silva – MAJ QOBM.

Abertura da sessão: 10/01/2024, 09h30min.

#### 1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de decisão do pregoeiro ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

#### 2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no artigo 44 do decreto estadual nº 534/2020;

#### 3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS

3.1. Conforme consta em ATA da sessão pública:

(...) Data/Hora: 07/02/2024 16:38.

Motivo/intenção: Boa tarde a todos, manifestamos nossa intenção de apresentar Recurso contra a desclassificação da nossa empresa, incorretamente baseada. Apresentaremos maiores detalhes na peça recursal. (...)

#### 4. DAS RAZÕES DO RECURSO

4.1. A Recorrente, E. Tripode Indústria e Comércio de Móveis Eireli apresentou as suas razões via sistema dentro do prazo, a qual passará a compor os autos do processo.

#### 5. DO PEDIDO DO RECORRENTE

5.1. Em síntese, segue:

(...) III – DO PEDIDO E CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer-se a suspensão da presente inabilitação do certame. Assim como a instauração de diligências de documentação técnicas ou ainda suspensão e reformulação das exigências técnicas arbitrárias aos princípios que norteiam as leis de Licitação. Nos termos do artigo 21, § 4º da Lei nº 8.666/93, uma vez que todas as justificativas apresentadas no decorrer do instrumento convocatório encontram-se rebatidas. (...)

#### 6. DAS CONTRARRAZÕES

6.1. A Recorrida, Wtec Móveis e equipamentos Técnicos LTDA, apresentou as suas contrarrazões via sistema dentro do prazo, a qual passará a compor os autos do processo.

#### 7. DA ANÁLISE DO RECURSO

7.1. Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, edital e seus anexos, passaremos a análise das ponderações apresentadas pela recorrente, a qual busca em suas razões requerer a revisão da decisão que recusou sua proposta, ou ainda que seja corrigido e republicado o edital do certame por suposta arbitrariedade nas "exigências técnicas" deste.

Sendo assim, para elucidação dos fatos, nos debruçaremos sobre as principais alegações da recorrente, as quais seguem, em síntese:

(...) I – INCONFORMIDADE CATÁLOGO

Verifica-se a primeira falha de análise, importante esclarecer que, o fabricante deixa claro em seu material que imagens e descritivos do catálogo apresentado são "meramente ilustrativos" sendo toda confecção dos materiais feita de maneira PERSONALIZA seguindo as especificações do edital.

O órgão questiona a apresentação da especificação: "(As laterais e prateleira intermediária possuem perfurações em forma de quadrado 32x32 mm para ventilação interna e perfurações na parte frontal em forma de quadrados de 32x32 mm para ventilação interna)" O argumento sugere que nas transcrições do folder enviado ao órgão as medidas do móvel estão incorretas. O argumento sugere que nas transcrições do folder enviado ao órgão as medidas do móvel estão incorretas. Fato que pode ser facilmente verificado como erro sanável uma vez que nas propostas comerciais é utilizado as exatas medidas solicitadas pelo edital como cita o próprio parecer técnico. Grifo nosso (...)

Inicialmente cabe destacar que, tanto a análise do catálogo, realizada pelo setor técnico, bem como a recusa da proposta realizada pela pregoeira titular estão em conformidade e bem fundamentados no processo, os quais nem deveriam ser objeto de questionamentos por parte da recorrente.

Identificador de autenticação: EB4403F.F329.D4D.D173ADFA0E60401D2C

Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

A análise do catálogo apresentado, pertencente à fabricante EDE MÓVEIS E AÇO, comprovou que o item 1 da ampla concorrência do GRUPO 1 não atendeu às especificações do Termo de Referência, anexo ao Edital. A descrição do referido TR requer que "A PARTE FRONTAL" do referido produto (ARMÁRIO DE APROXIMAÇÃO) possua perfurações em forma de quadrados com 32x32 mm para ventilação, e a garantia do bem seja de, no mínimo 5 (cinco) anos. Comprova-se no catálogo apresentado que a "parte frontal" do armário de aproximação além de não possuir as perfurações em dimensões 32x32 mm, apresentou uma garantia do bem aquém do exigido em edital, ou seja, 02 (dois) anos, e não 5 (anos). Neste sentido, as alegações da recorrente não podem prosperar.

Corrobora ainda mais com a assertiva da recusa da proposta, o fato de a própria recorrente tentar argumentar que as inconformidades presentes em seu catálogo seria um erro sanável, pois em sua proposta de preços todas as especificações dos itens do GRUPO 1 estão iguais às do edital.

Ora vejamos, a licitante demonstra não saber que para uma proposta ser aceita, esta deve estar com a proposta de preços em conformidade, além é claro da aprovação das especificações do edital por intermédio dos catálogos e laudos solicitados pela pregoeira, o que não ocorreu.

Permitir que a recorrente realizasse quaisquer alterações no catálogo, seja para aperfeiçoar a descrição do produto, seja para alteração do prazo de garantia seria o mesmo que permitir a modificação da proposta inicial cadastrada, sendo uma grave violação aos princípios da legalidade, isonomia e vinculação ao instrumento convocatório. Ademais, temos que o catálogo apresentado sequer apresenta um erro formal ou material, ou seja, aqueles passíveis de correção em sede de diligências, mas sim um flagrante ERRO SUBSTÂNCIAL, aquele que interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração ou a alguma das qualidades a ele essenciais (Código Civil, art. 139, I).

A falta de informação indispensável ao documento configura erro grave – substancial, que torna o mesmo insuscetível de aproveitamento, tratando-se de um documento defeituoso, incompleto, que não produz os efeitos jurídicos desejados, provocando o efeito mais indesejado ao licitante: a inabilitação ou desclassificação, sobretudo porque apresenta em seu teor ausência de perfurações em 32x32 mm na parte frontal, e prazo de garantia inferior a 5 anos.

Em que pese o acima exposto, a pregoeira titular ainda se valeu do item 9.2.2.3, o qual descreve que: "O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação", e oportunizou a manifestação da recorrente das 13h23min do dia 24/01/2024 até às 15h00min do dia 25/01/2024, o que não ocorreu.

Esclarecidos os fatos objetivos em relação aos catálogos apresentados, passemos a análise do segundo item de questionamento apresentado pela recorrente, vejamos:

#### (...) II- APRESENTAÇÃO DE LAUDOS

Outro ponto importante a ser destacado e corrigido é a exigência das documentação técnica. A saber: "Laudo específico para cada item, emitido por médico do trabalho, atestando que os produtos possuem características compatíveis com a NR-17."

Ocorre que esta exigência está equivocada e afigura-se restritiva, já que o laudo em atendimento à Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho também pode ser emitido por outros profissionais competentes (Ergonomista, Engenheiro da Segurança do Trabalho, Fisioterapeuta).

A indicação de que o Laudo deve ser emitido por um Médico do Trabalho, restringe a participação sem que isso signifique qualquer garantia extra de qualidade. (...)

Ainda com relação à exigência dos referidos laudos, a empresa ainda alega que:

(...) E ainda um segundo ponto: "Laudo emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO, atestando que os produtos Resistem a no mínimo 2400 hs, à corrosão por exposição a atmosfera úmida Saturada, de acordo com a NBR 8095/2015, não podendo ocorrer, pontos de Corrosão vermelha ou destacamento da pintura na superfície da amostra."

Importante esclarecer que esta quantidade de horas não é exigida em norma, ou seja, tal determinação é feita apenas pelo r. Órgão. Não sendo um documento que obrigatoriamente todas as empresas devem possuir.

(...) essa exigência sem prazo razoável para apresentação configura restritiva uma vez que as normas de tinta não exigem mínimo de horas. Desta forma pode-se observar nitidamente o vício contido no edital. O que ocasiona uma restrição significativa de concorrentes, participantes. Devendo o r. Órgão ou retirar a exigência de quantidade de horas, ou proporcionar aos licitantes oportunidade para cumprir a exigência, concedendo-lhes prazo razoável para tanto. Grifo nosso (...)

Convém registrar que os laudos citados pela recorrente estão presentes no item 9.17.4 do edital, os quais citaremos os de interesse, conforme segue:

(...)

c) Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, atestando que os produtos resistem a no mínimo 2400 hs, à corrosão por exposição a atmosfera úmida saturada, de acordo com a NBR 8095/2015, não podendo ocorrer, pontos de corrosão vermelha ou destacamento da pintura na superfície da amostra.

d) Laudo específico para cada item, emitido por médico do trabalho, atestando que os produtos possuem características compatíveis com a NR-17.

(...)

f) Laudo INMETRO ASTM D 3359/17 com resultado igual ao grau 5a / Em casos avarias acidentais a tinta não destaca da superfície em que está aplicada.

Convém destacar, que a proposta da licitante não foi reprovada apenas por não comprovar as especificações do edital mediante os catálogos apresentados. A proposta da recorrente não comprovou sequer atender aos padrões de qualidades exigidos.

Citemos, em síntese, a análise da proposta realizada pelo setor técnico no que concerne os itens 9.17.4 alíneas c e f:

O Laudo não atende o Item c: c) O laudo exigido no edital e de no mínimo 2400 hs de resistência a corrosão por exposição à câmara úmida, conforme 9.17.4, item c) do edital. A empresa E.TRIPODE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS - LTDA apresentou um laudo do laboratório Lenço, onde no relatório de ensaio a resistência a corrosão por exposição à câmara úmida é de 1200 hs.

Identificador de autenticação: EB4403F.F329.D4D.D173ADFA0E60401D2C

Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>



(...)

O Laudo não atende o Item f: O laudo exigido no edital e ASTM D 3359/17 5a e a empresa E. Tripode Indústria e Comércio de Móveis - Ltda apresentou um laudo ASTM D 3359/17 5b. Norma 3359 que estabelece os métodos de diferença de avaliação. Métodos diferentes de avaliação: Tipo A – corte em X: deve ser usado em peças com camada de tinta maior ou igual a 70 micras. Tipo B – corte em grade: deve ser utilizado em peças com camada de tinta menor que 70 micras. Descritivo dos produtos solicita camada de tinta de 90 micras, então para comprovar nesse caso o tipo de teste a ser utilizado deve ser do tipo A - teste deve ser em X e o resultado que comprove que a tinta não destaca em caso de acidentes deve ser = 5a e não 5b.

Em análise resta cristalino que os laudos apresentados pela recorrente jamais se quer obedecem às exigências de qualidades requeridas no item 9.17 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do edital. No primeiro (item 9.17.c) resta comprovada a resistência a corrosão de apenas 1200 horas no laudo apresentado, ao contrário do que é exigido em edital, que é de 2400 horas. Já no segundo (item 9.17.f), não foi apresentado o laudo INMETRO ASTM D 3359/17 com resultado igual ao grau 5a, mas sim 5b, o que está em desacordo com o edital.

Finalizando a argumentação da recorrente relacionada ao item 9.17.c, tanto a NBR 8095/2015, bem como outros normativos, temos a mesma conclusão que que a própria recorrida, vejamos: "Importante esclarecer que esta quantidade de horas não é exigida em norma, ou seja, tal determinação é feita apenas pelo r. Órgão." Desta forma, torna-se completamente legal a exigência, ainda mais quando este parâmetro é posto para garantir a qualidade superior do material a ser adquirido.

Ainda com base nos laudos, a recorrente busca requerer que seja revisado e republicado o edital do certame, pois este exige desarrazoavelmente que o profissional habilitado para emissão do que se pede no item 9.17.4.d (laudo ergonômico) seja o médico do trabalho, bem como alega que exigência de um teste de 2400 horas para a resistência a corrosão exigida no item 9.17.4.c é excessiva.

Sobre isto, concordamos com o que alega a recorrida, a licitante WTEC MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TÉCNICOS LTDA, vejamos:

(...) Imprescindível verificar que a recorrente alega em momento inoportuno requerimentos quanto a NR17 vez que deveria ter feito tais questionamentos em sede de esclarecimento para que o Órgão pudesse ter decidido quanto a abrangência de responsáveis pela assinatura do referido laudo, momento esse já encerrado.

Dessa forma, acabou por precluir seu direito a discussão neste ponto, tornando desnecessária maiores argumentações quanto a NR17 ser apresentada por médico do trabalho, ergonomista ou engenheiro de segurança do trabalho. (...)

Sendo assim, considerando a exigência de laudo ergonômico creditado por médico do trabalho (Item 9.17.4.f do edital), bem como a laudo emitido por laboratório creditado pelo INMETRO de acordo com a NBR 8095/2015 (item 9.17.4.c). Temos a evidência do respeito a isonomia de participação, a legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, ademais citemos o item 24 do edital, o qual trata do pedido de impugnação:

(...)

item 24- Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento:

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação. Grifo nosso (...)

Com base no exposto, entendemos como precluído o direito da licitante em requerer a impugnação do edital, conforme ainda §2º, do art. 41, da Lei 8.666/93:

(...) Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 2º O Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. Grifo nosso (...)

## 8. CONCLUSÃO

Diante do exposto CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO TOTAL, decidindo pela não procedência total das razões apresentadas pela licitante E. TRIPODE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 22.228.425/0001-95, para o Grupo 01 do Edital do Pregão Eletrônico já qualificado nos autos, decidindo por manter a decisão que considerou habilitada a empresa WTEC MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TÉCNICOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ nº 05.634.834/0001-72.

8.1. Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

8.2. É a decisão.

Belém-Pará, 23 de fevereiro de 2024.

Clebson LUIZ Costa da Silva – MAJ QOBM  
Pregoeiro do PE nº 14/2023 - CBMPA

**Fechar**

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Clebson Luiz Costa da Silva (Lei 11.419/2006)  
EM 27/02/2024 16:47 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 83C97D23ACC4F7FE.492F54E42D90FC30.321109E8C27D55FF.33CBFB8A8E0C8410



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto \_\_\_\_\_

**DECISÃO RECURSO**

**Nº 001/2024**

**Referência:** Pregão Eletrônico nº 0142023 – CBMPA.

**PAE nº:** 2023/1379250.

**Objeto da licitação:** Registro de preços para eventual aquisição de armários em aço, estante em aço, banco em aço, claviculário, carrinho para transporte e escada .

**Licitante recorrente (Razões):** E. Tripode Indústria e Comércio de Móveis Eireli, inscrita no CNPJ nº 22.228.425/0001-95.

**Licitante recorrida (contrarrazões):** Wtec Móveis e equipamentos Técnicos LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.634.834/0001-72

**Pregoeiro(a):** Clebson Luiz Costa da Silva – MAJ QOBM.

**Abertura da sessão:** 10/01/2024, 09h30min.

**1. INTRODUÇÃO**

1.1. Trata-se de decisão do pregoeiro ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

**2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE**

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no artigo 44 do decreto estadual nº 534/2020;

**3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS**

3.1. Conforme consta em ATA da sessão pública:

(...) **Data/Hora:** 07/02/2024 16:38.

**Motivo/intenção:** Boa tarde a todos, manifestamos nossa intenção de apresentar Recurso contra a desclassificação da nossa empresa, incorretamente baseada. Apresentaremos maiores detalhes na peça recursal. (...)

**4. DAS RAZÕES DO RECURSO**



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ**  
Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: Marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.  
Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: [plc bmpa@gmail.com](mailto:plc bmpa@gmail.com)

Página 1 de 7



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

4.1. A Recorrente, E. Tripode Indústria e Comércio de Móveis Eireli apresentou as suas razões via sistema dentro do prazo, a qual passará a compor os autos do processo.

## 5. DO PEDIDO DO RECORRENTE

5.1. Em síntese, segue:

### (...) III – DO PEDIDO E CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer-se a suspensão da presente inabilitação do certame. Assim como a instauração de diligências de documentação técnicas ou ainda suspensão e reformulação das exigências técnicas arbitrárias aos princípios que norteiam as leis de Licitação. Nos termos do artigo 21, § 4º da Lei nº 8.666/93, uma vez que todas as justificativas apresentadas no decorrer do instrumento convocatório encontram-se rebatidas. (...)

## 6. DAS CONTRARRAZÕES

6.1. A Recorrida, Wtec Móveis e equipamentos Técnicos LTDA, apresentou as suas contrarrazões via sistema dentro do prazo, a qual passará a compor os autos do processo.

## 7. DA ANÁLISE DO RECURSO

7.1. Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, edital e seus anexos, passaremos a análise das ponderações apresentadas pela recorrente, a qual busca em suas razões requerer a revisão da decisão que recusou sua proposta, ou ainda que seja corrigido e republicado o edital do certame por suposta arbitrariedade nas “exigências técnicas” deste.

Sendo assim, para elucidação dos fatos, nos debruçaremos sobre as principais alegações da recorrente, as quais seguem, em síntese:

### (...) I – INCONFORMIDADE CATÁLOGO

Verifica-se a primeira falha de análise, importante esclarecer que, o fabricante deixa claro em seu material que imagens e descritivos do catálogo apresentado são “meramente ilustrativos” sendo toda confecção dos materiais feita de maneira PERSONALIZA seguindo as especificações do edital. O órgão questiona a apresentação da especificação: “(As laterais e prateleira intermediária possuem perfurações em forma de quadrado 32x32 mm para ventilação interna e **perfurações na parte frontal em forma de quadrados de 32x32 mm para ventilação interna**)” O argumento sugere que nas transcrições do folder enviado ao órgão as medidas do móvel estão incorretas. O argumento sugere que nas transcrições do folder enviado ao órgão as medidas do móvel estão incorretas. Fato que pode ser facilmente verificado como erro sanável uma vez que nas propostas comerciais é utilizado



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ**

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: Marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: [cplcbmpa@gmail.com](mailto:cplcbmpa@gmail.com)



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto \_\_\_\_\_

as exatas medidas solicitadas pelo edital como cita o próprio parecer técnico. **Grifo nosso (...)**

Inicialmente cabe destacar que, tanto a análise do catálogo, realizada pelo setor técnico, bem como a recusa da proposta realizada pela pregoeira titular estão em conformidade e bem fundamentados no processo, os quais nem deveriam ser objeto de questionamentos por parte da recorrente.

A análise do catálogo apresentado, pertencente à fabricante EDE MÓVEIS E AÇO, comprovou que o item 1 da ampla concorrência do GRUPO 1 não atendeu às especificações do Termo de Referência, anexo ao Edital. A descrição do referido TR requer que **“A PARTE FRONTAL”** do referido produto (ARMÁRIO DE APROXIMAÇÃO) possua perfurações em forma de quadrados com 32x32 mm para ventilação, e a garantia do bem seja de, no mínimo 5 (cinco) anos. Comprova-se no catálogo apresentado que a **“parte frontal” do armário de aproximação** além de não possuir as perfurações em dimensões 32x32 mm, apresentou uma garantia do bem aquém do exigido em edital, ou seja, 02 (dois) anos, e não 5 (anos). Neste sentido, **as alegações da recorrente não podem prosperar.**

Corrobora ainda mais com a assertiva da recusa da proposta, o fato de a própria recorrente tentar argumentar que as inconformidades presentes em seu catálogo seria um erro sanável, pois em sua proposta de preços todas as especificações dos itens do GRUPO 1 estão iguais às do edital.

Ora vejamos, a licitante demonstra não saber que para uma proposta ser aceita, esta deve estar com a proposta de preços em conformidade, além é claro da aprovação das especificações do edital por intermédio dos catálogos e laudos solicitados pela pregoeira, o que não ocorreu.

Permitir que a recorrente realizasse quaisquer alterações no catálogo, seja para aperfeiçoar a descrição do produto, seja para alteração do prazo de garantia seria o mesmo que permitir a modificação da proposta inicial cadastrada, sendo uma grave violação aos princípios da legalidade, isonomia e vinculação ao instrumento convocatório. Ademais, temos que o catálogo apresentado sequer apresenta um erro formal ou material, ou seja, aqueles passíveis de correção em sede de diligências, mas sim um flagrante ERRO SUBSTÂNCIAL, aquele que interessa à natureza do negócio, **ao objeto principal da declaração** ou a alguma das qualidades a ele essenciais (Código Civil, art. 139, I).

A falta de informação indispensável ao documento configura erro grave – substancial, que torna o mesmo insuscetível de aproveitamento, tratando-se de um documento defeituoso, incompleto, que não produz os efeitos jurídicos desejados,



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ**

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: Marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: [cplcbmpa@gmail.com](mailto:cplcbmpa@gmail.com)

Página 3 de 7



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

provocando o efeito mais indesejado ao licitante: a inabilitação ou desclassificação, sobretudo porque apresenta em seu teor ausência de perfurações em 32x32 mm na parte frontal, e prazo de garantia inferior a 5 anos.

Em que pese o acima exposto, a pregoeira titular ainda se valeu do item 9.2.2.3, o qual descreve que: **“O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação”**, e oportunizou a manifestação da recorrente das 13h23min do dia 24/01/2024 até às 15h00min do dia 25/01/2024, o que não ocorreu.

Esclarecidos os fatos objetivos em relação aos catálogos apresentados, passemos a análise do segundo item de questionamento apresentado pela recorrente, vejamos:

**(...) II– APRESENTAÇÃO DE LAUDOS**

Outro ponto importante a ser destacado e corrigido é a exigência das documentações técnica. A saber: **“Laudo específico para cada item, emitido por médico do trabalho, atestando que os produtos possuem características compatíveis com a NR-17.”**

Ocorre que esta exigência está equivocada e afigura-se restritiva, já que o laudo em atendimento à Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho também pode ser emitido por outros profissionais competentes (Ergonomista, Engenheiro da Segurança do Trabalho, Fisioterapeuta).

A indicação de que o Laudo deve ser emitido por um Médico do Trabalho, restringe a participação sem que isso signifique qualquer garantia extra de qualidade. (...)

Ainda com relação à exigência dos referidos laudos, a empresa ainda alega que:

**(...) E ainda um segundo ponto: “Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, atestando que os produtos Resistem a no mínimo 2400 hs, à corrosão por exposição a atmosfera úmida Saturada, de acordo com a NBR 8095/2015, não podendo ocorrer, pontos de Corrosão vermelha ou destacamento da pintura na superfície da amostra.”**

Importante esclarecer que esta quantidade de horas não é exigida em norma, ou seja, tal determinação é feita apenas pelo r. Órgão. Não sendo um documento que obrigatoriamente todas as empresas devem possuir.

(...) essa exigência sem prazo razoável para apresentação configura restritiva uma vez que as normas de tinta não exigem mínimo de horas. Desta forma pode-se observar nitidamente o vício contido no edital. O que ocasiona uma restrição significativa de concorrentes, participantes. Devendo o r. Órgão ou retirar a exigência de quantidade de horas, ou proporcionar aos licitantes oportunidade para cumprir a exigência, concedendo-lhes prazo razoável para tanto. **Grifo nosso (...)**

Convém registrar que os laudos citados pela recorrente estão presentes no item 9.17.4 do edital, os quais citaremos os de interesse, conforme segue:



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ**

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: Marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: [cplcbmpa@gmail.com](mailto:cplcbmpa@gmail.com)



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto \_\_\_\_\_

(...)

c) Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, atestando que os produtos resistem a no mínimo 2400 hs, à corrosão por exposição a atmosfera úmida saturada, de acordo com a NBR 8095/2015, não podendo ocorrer, pontos de corrosão vermelha ou destacamento da pintura na superfície da amostra.

d) Laudo específico para cada item, emitido por médico do trabalho, atestando que os produtos possuem características compatíveis com a NR-17.

(...)

f) Laudo INMETRO ASTM D 3359/17 com resultado igual ao grau 5a / Em casos avarias acidentais a tinta não destaca da superfície em que está aplicada.

Convém destacar, que a proposta da licitante não foi reprovada apenas por não comprovar as especificações do edital mediante os catálogos apresentados. A proposta da recorrente não comprovou sequer atender aos padrões de qualidades exigidos.

Citemos, em síntese, a análise da proposta realizada pelo setor técnico no que concerne os itens 9.17.4 alíneas c e f:

**O Laudo não atende o Itens c:** c) O laudo exigido no edital e de no mínimo 2400 hs de resistência a corrosão por exposição à câmara úmida, conforme 9.17.4, item c) do edital. A empresa E.TRIPODE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS - LTDA apresentou um laudo do laboratório Lenço, onde no relatório de ensaio a **resistência a corrosão por exposição à câmara úmida é de 1200 hs.**

(...)

**O Laudo não atende o Item f:** O laudo exigido no edital e astm d 3359/17 5a e a empresa e.tripode indústria e comercio de moveis – Ltda apresentou um laudo ASTM D 3359/17 5b. Norma 3359 que estabelece os métodos de diferença de avaliação. Métodos diferentes de avaliação: Tipo A – corte em X: deve ser usado em peças com camada de tinta maior ou igual a 70 micras. Tipo B – corte em grade: deve ser utilizado em peças com camada de tinta menor que 70 micras. Descritivo dos produtos solicita camada de tinta de 90 micras, então para comprovar nesse caso o tipo de teste a ser utilizado deve ser do tipo A - teste deve ser em X e o resultado que comprova que a tinta não destaca em caso de acidentes deve ser = 5a e não 5b.

Em análise resta cristalino que os laudos apresentados pela recorrente jamais se quer obedece às exigências de qualidades requeridas no item 9.17 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do edital. No primeiro (item 9.17.c) resta comprovada a resistência a corrosão de



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ**

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: Marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: [cplcbmpa@gmail.com](mailto:cplcbmpa@gmail.com)

Página 5 de 7





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

apenas 1200 horas no laudo apresentado, ao contrário do que é exigido em edital, que é de 2400 horas. Já no segundo (item 9.17.f), não foi apresentado o laudo INMETRO ASTM D 3359/17 com resultado igual ao grau 5a, mas sim 5b, o que está em desacordo com o edital.

Finalizando a argumentação da recorrente relacionada ao item 9.17.c, tanto a NBR 8095/2015, bem como outros normativos, temos a mesma conclusão que que a própria recorrida, vejamos: **“Importante esclarecer que esta quantidade de horas não é exigida em norma, ou seja, tal determinação é feita apenas pelo r. Órgão.”** Desta forma, torna-se completamente legal a exigência, ainda mais quando este parâmetro é posto para garantir a qualidade superior do material a ser adquirido.

Ainda com base nos laudos, a recorrente busca requerer que seja revisado e republicado o edital do certame, pois este exige desarrazoavelmente que o profissional habilitado para emissão do que se pede no item 9.17.4.d (laudo ergonômico) seja o médico do trabalho, bem como alega que exigência de um teste de 2400 horas para a resistência a corrosão exigida no item 9.17.4.c é excessiva.

Sobre isto, concordamos com o que alega a recorrida, a licitante WTEC MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TÉCNICOS LTDA, vejamos:

(...) Imprescindível verificar que a recorrente alega em momento inoportuno requerimentos quanto a NR17 vez que deveria ter feito tais questionamentos em sede de esclarecimento para que o Órgão pudesse ter decidido quanto a abrangência de responsáveis pela assinatura do referido laudo, momento esse já encerrado.

Dessa forma, acabou por precluir seu direito a discussão neste ponto, tornando desnecessária maiores argumentações quanto a NR17 ser apresentada por médico do trabalho, ergonomista ou engenheiro de segurança do trabalho. (...)

Sendo assim, considerando a exigência de laudo ergonômico creditado por médico do trabalho (Item 9.17.4.f do edital), bem como a laudo emitido por laboratório creditado pelo INMETRO de acordo com a NBR 8095/2015 (item 9.17.4.c). Temos a evidência do respeito a isonomia de participação, a legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, ademais citemos o item 24 do edital, o qual trata do pedido de impugnação:

(...)

item 24- Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento:

**24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.**

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 02



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ**

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: Marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: [cplcbmpa@gmail.com](mailto:cplcbmpa@gmail.com)



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto \_\_\_\_\_

(dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação. **Grifo nosso (...)**

Com base no exposto, entendemos como precluído o direito da licitante em requerer a impugnação do edital, conforme ainda §2º, do art. 41, da Lei 8.666/93:

(...) Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

**§ 2º o Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação** em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. **Grifo nosso (...)**

## 8. CONCLUSÃO

Diante do exposto **CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO**, para o mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO TOTAL**, decidindo pela não procedência total das razões apresentadas pela licitante E. TRIPODE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 22.228.425/0001-95, para o Grupo 01 do Edital do Pregão Eletrônico já qualificado nos autos, decidindo por manter a decisão que considerou habilitada a empresa WTEC MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TÉCNICOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 05.634.834/0001-72.

**8.1.** Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

**8.2.** É a decisão.

Belém-Pará, 22 de fevereiro de 2024.

CLEBSON LUIZ  
COSTA DA  
SILVA:89264304  
215

Assinado de forma  
digital por CLEBSON  
LUIZ COSTA DA  
SILVA:89264304215

**Clebson LUIZ Costa da Silva – MAJ QOBM**

Pregoeiro do PE nº 14/2023 - CBMPA



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ**

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: Marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: [cplcbmpa@gmail.com](mailto:cplcbmpa@gmail.com)

## Pregão/Concorrência Eletrônica

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO

DECISAO PE 14/2023/CBMPA - AUTORIDADE COMPETENTE

Orientado sobre os pontos que merecem destaque nestes autos, pelas razões, contrarrazões, decisão da presidente, pareceres técnicos, edital e seus anexos, referente ao recurso impetrado ao resultado do PE Eletrônico nº 014/2023- CBMPA, cujo objeto é o Registro de preços para eventual aquisição de armários em aço, estante em aço, banco em aço, claviculário, carrinho para transporte e escada, inicialmente cabe citar os atos até aqui consignados:

Aberta a sessão, processada a fase de lances, de julgamento de propostas e de habilitação, foi manifestada intenção de recorrer pela empresa E. Tripode Indústria e Comércio de Móveis Eireli, inscrita no CNPJ nº 22.228.425/0001-95, em 07/02/24, em face do julgamento de proposta e de habilitação, ao resultado proferido pela pregoeira titular, a MAJ QOBM Renata de Aviz Batista, responsável quando da aceitação de proposta da empresa Wtec Móveis e equipamentos Técnicos LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.634.834/0001-72, para o Grupo 1 do certame supramencionado.

Analisando o caso, a recorrente requer:

(...)

a suspensão da presente inabilitação do certame. Assim como a instauração de diligências de documentação técnicas ou ainda suspensão e reformulação das exigências técnicas arbitrárias aos princípios que norteiam as leis de Licitação. Nos termos do artigo 21, § 4º da Lei nº 8.666/93, uma vez que todas as justificativas apresentadas no decorrer do instrumento convocatório encontram-se rebatidas. (...)

(...)

Dos autos, incluso a decisão do pregoeiro substituto, o MAJ QOBM Clebson Luiz Costa da Silva, tem-se a recorrente reclamando por tido sua proposta desclassificada, na fase de julgamento, pela pregoeira titular do pregão em comento. O motivador, foi o resultado do Parecer Técnico emitido pelo almoxarifado geral/DAL acerca da análise da Proposta Ajustada, catálogos e laudos apresentados pela empresa recorrente, os quais foram apresentaram diversas inconformidades, levando à recusa de sua proposta.

Nestes termos, inicialmente há de se frisar que este ordenador vislumbra legalidade nos fatos, e considera ainda a oferta à recorrida da oportunidade para manifestação ainda na fase de julgamento, a qual mesmo com prazo dilatado fornecido (25 horas), ainda assim não se manifestou.

Dito isto, ciente que a solicitação de Pareceres aos setores técnicos constitui meio legal para subsidiar a decisão daquele que tem a incumbência de decidir. E, o que temos neste caso concreto é a recorrente requerendo efeito para que sua classificação seja aproveitada, o que não merece prosperar, vejamos:

- De posse das informações, o pregoeiro substituto, concordou com o parecer do setor técnico e julgou, corretamente, que o catálogo apresentado para o objeto do item 1 da ampla concorrência do Grupo 1 (Armário de aproximação) de forma alguma atendia às especificações do edital, dito o pregoeiro:

(...)

A descrição do referido TR requer que "A PARTE FRONTAL" do referido produto (ARMÁRIO DE APROXIMAÇÃO) possua perfurações em forma de quadrados com 32x32 mm para ventilação, e a garantia do bem seja de, no mínimo 5 (cinco) anos. Comprova-se no catálogo apresentado que a "parte frontal" do armário de aproximação além de não possuir as perfurações em dimensões 32x32 mm, apresentou uma garantia aquém do exigido em edital, ou seja, 02 (dois) anos, e não 5 (anos).

(...)

Continuando no caso, temos que considerar que a licitante E. Tripode Indústria e Comércio de Móveis Eireli agravou a recusa de sua proposta mediante a não apresentação de dois laudos solicitados no item 9.17 – Qualificação Técnica do edital, pois:

(...)

No primeiro (item 9.17.c) resta comprovada a resistência a corrosão de apenas 1200 horas no laudo apresentado, ao contrário do que é exigido em edital, que é de 2400 horas. Já no segundo (item 9.17.f, não foi apresentado o laudo INMETRO ASTM D 3359/17 com resultado igual ao grau 5a, mas sim 5b, o que está em desacordo com o edital.

(...)

Por fim, cabe-nos adentrar ao último ponto que merece destaque, a postergada tentativa de revisão do edital no que concerne a exigência dos laudos exigidos no edital, sendo eles : laudo ergonômico creditado por médico do trabalho, exigido no item 9.17.4.f do edital, e o laudo emitido por laboratório creditado pelo INMETRO de acordo com a NBR 8095/2015, item 9.17.4-c do edital.

Nestes, concordamos que não constam nenhuma ilegalidade na exigência dos parâmetros descritos nos laudos citados, pois o que temos é a vontade da gestão em adquirir um mobiliário com qualidade e resistência superior, respeitando os parâmetros descritos em normas regulamentadoras, NBRs, os quais podem ser comprovados por meio da emissão dos ditos laudos exigidos.

Sendo assim, conforme exposto pelo pregoeiro, concordamos que se encontra precluso o direito de impugnar os termos do edital, onde a licitante teve o momento oportuno, durante a fase de publicação da licitação, se valer de sua prerrogativa para solicitar esclarecimento e/ou impugnações ao edital nos termos da lei.

#### CONCLUSÃO

Diante do exposto CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO TOTAL, decidindo pela IMPROCEDÊNCIA TOTAL das razões apresentadas pela recorrente E. TRIPODE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI, INSCRITA NO CNPJ Nº 22.228.425/0001-95 e, que MANTÉM a decisão da Presidente que ACEITOU a empresa WTEC MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TÉCNICOS LTDA, INSCRITA NO

Identificador de autenticação: EB4403F.F329.D4D.D173ADFA0E60401D2C

Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

CNPJ Nº 05.634.834/0001-72, para o Grupo 01 do Edital do PE nº 014/2023 – CBMPA

1.1. É a decisão.

Belém-Pará, 23 de fevereiro de 2024.

JAYME DA AVIZ BENJÓ – CEL QOBM

Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil

**Fechar**

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Clebson Luiz Costa da Silva (Lei 11.419/2006)  
EM 27/02/2024 16:47 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 83C97D23ACC4F7FE.492F54E42D90FC30.321109E8C27D55FF.33CBFD8ABE0C8410

Identificador de autenticação: EB4403F.F329.D4D.D173ADFA0E60401D2C

Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

<https://www.comprasnet.gov.br/pregao/pregoeiro/ata/ata.html?2=asp?pepCod=1/8624&imgCod=31736925&Tipo=DA&seqSessao=1>



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
GABINETE DO COMANDO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto \_\_\_\_\_

**DECISÃO PE 14/2023/CBMPA - AUTORIDADE COMPETENTE**

Orientado sobre os pontos que merecem destaque nestes autos, pelas razões, contrarrazões, decisão da presidente, pareceres técnicos, edital e seus anexos, referente ao recurso impetrado ao resultado do PE Eletrônico nº 014/2023- CBMPA, cujo objeto é o **Registro de preços para eventual aquisição de armários em aço, estante em aço, banco em aço, claviculário, carrinho para transporte e escada**, inicialmente cabe citar os atos até aqui consignados:

Aberta a sessão, processada a fase de lances, de julgamento de propostas e de habilitação, foi manifestada intenção de recorrer pela empresa E. Tripode Indústria e Comércio de Móveis Eireli, inscrita no CNPJ nº 22.228.425/0001-95, em 07/02/24, em face do julgamento de proposta e de habilitação, ao resultado proferido pela pregoeira titular, a **MAJ QOBM Renata** de Aviz Batista, responsável quando da aceitação de proposta da empresa Wtec Móveis e equipamentos Técnicos LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.634.834/0001-72, para o Grupo 1 do certame supramencionado.

Analizando o caso, a recorrente requer:

(...)

a suspensão da presente inabilitação do certame. Assim como a instauração de diligências de documentação técnicas ou ainda suspensão e reformulação das exigências técnicas arbitrárias aos princípios que norteiam as leis de Licitação. Nos termos do artigo 21, § 4º da Lei nº 8.666/93, uma vez que todas as justificativas apresentadas no decorrer do instrumento convocatório encontram-se rebatidas. (...)

(...)

Dos autos, incluso a decisão do pregoeiro substituto, o **MAJ QOBM Clebson Luiz** Costa da Silva, tem-se a recorrente reclamando por tido sua proposta desclassificada, na fase de julgamento, pela pregoeira titular do pregão em comento. O motivador, foi o resultado do Parecer Técnico emitido pelo almoxarifado geral/DAL acerca da análise da Proposta Ajustada, catálogos e laudos apresentados pela empresa recorrente, os quais foram apresentaram diversas inconformidades, levando à recusa de sua proposta.

Nestes termos, inicialmente há de se frisar que este ordenador vislumbra legalidade nos fatos, e considera ainda a oferta à recorrida da oportunidade para manifestação ainda na fase de julgamento, a qual mesmo com prazo dilatado fornecido (25 horas), ainda assim não se manifestou.

Dito isto, ciente que a solicitação de Pareceres aos setores técnicos constitui meio legal para subsidiar a decisão daquele que tem a incumbência de decidir. E, o que temos

FL. Nº \_\_\_\_\_  
Visto \_\_\_\_\_



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

neste caso concreto é a recorrente requerendo efeito para que sua classificação seja aproveitada, o que não merece prosperar, vejamos:

- De posse das informações, o pregoeiro substituto, concordou com o parecer do setor técnico e julgou, corretamente, que o catálogo apresentado para o objeto do item 1 da ampla concorrência do Grupo 1 (Armário de aproximação) de forma alguma atendia às especificações do edital, dito o pregoeiro:

(...)

A descrição do referido TR requer que “A PARTE FRONTAL” do referido produto (ARMÁRIO DE APROXIMAÇÃO) possua perfurações em forma de quadrados com 32x32 mm para ventilação, e a garantia do bem seja de, no mínimo 5 (cinco) anos. Comprova-se no catálogo apresentado que a “parte frontal” do armário de aproximação além de não possuir as perfurações em dimensões 32x32 mm, apresentou uma garantia aquém do exigido em edital, ou seja, 02 (dois) anos, e não 5 (anos).

(...)

Continuando no caso, temos que considerar que a licitante E. Tripode Indústria e Comércio de Móveis Eireli agravou a recusa de sua proposta mediante a não apresentação de dois laudos solicitados no item 9.17 – Qualificação Técnica do edital, pois:

(...)

No primeiro (item 9.17.c) resta comprovada a resistência a corrosão de apenas 1200 horas no laudo apresentado, ao contrário do que é exigido em edital, que é de 2400 horas. Já no segundo (item 9.17.f, não foi apresentado o laudo INMETRO ASTM D 3359/17 com resultado igual ao grau 5a, mas sim 5b, o que está em desacordo com o edital.

(...)

Por fim, cabe-nos adentrar ao último ponto que merece destaque, a postergada tentativa de revisão do edital no que concerne a exigência dos laudos exigidos no edital, sendo eles : laudo ergonômico creditado por médico do trabalho, exigido no item 9.17.4.f do edital, e o laudo emitido por laboratório creditado pelo INMETRO de acordo com a NBR 8095/2015, item 9.17.4-c do edital.

Nestes, concordamos que não constam nenhuma ilegalidade na exigência dos parâmetros descritos nos laudos citados, pois o que temos é a vontade da gestão em adquirir um mobiliário com qualidade e resistência superior, respeitando os parâmetros

EM 27/02/2024 16:47 ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Clebson Luiz Costa da Silva (Lei 11.419/2006)  
83C97D23ACC4F7FE.492F54E42D90FC30.321109E8C27D55FF.33CBF8B8B8E0C8410 - Aut. Assinatura: 83C97D23ACC4F7FE.492F54E42D90FC30.321109E8C27D55FF.33CBF8B8B8E0C8410





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
GABINETE DO COMANDO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto \_\_\_\_\_

descritos em normas regulamentadoras, NBRs, os quais podem ser comprovados por meio da emissão dos ditos laudos exigidos.

Sendo assim, conforme exposto pelo pregoeiro, concordamos que se encontra precluso o direito de impugnar os termos do edital, onde a licitante teve o momento oportuno, durante a fase de publicação da licitação, se valer de sua prerrogativa para solicitar esclarecimento e/ou impugnações ao edital nos termos da lei.

## **CONCLUSÃO**

Diante do exposto **CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO**, para o mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO TOTAL**, decidindo pela **IMPROCEDÊNCIA TOTAL** das razões apresentadas pela recorrente E. TRIPODE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI, INSCRITA NO CNPJ Nº 22.228.425/0001-95 e, que **MANTÉM** a decisão da Presidente que **ACEITOU** e **HABILITOU** a empresa WTEC MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TÉCNICOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 05.634.834/0001-72, para o Grupo 01 do Edital do PE nº 014/2023 – CBMPA

**1.1. É a decisão.**

Belém-Pará, 23 de fevereiro de 2024.

JAYME DE AVIZ  
BENJO:411573622  
49

Assinado de forma  
digital por JAYME DE  
AVIZ  
BENJO:41157362249

**JAYME DA AVIZ BENJÓ – CEL QOBM**

Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Clebson Luiz Costa da Silva (Lei 11.419/2006)  
EM 27/02/2024 16:47 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 83C97D23ACC4F7FE.492F54E42D90FC30.321109E8C27D55FF.33CBF8B8BEC0C8410